



## Plenário confirma R\$ 6,8 bi para o PAC Equipamentos

Waldemir Barreto/Agência Senado



Medida provisória que garante crédito extraordinário no Orçamento de 2012 foi aprovada ontem com o objetivo de estimular a indústria e o desenvolvimento

**R**ecursos extras para nove ministérios foram confirmados pelo Senado como parte do PAC Equipamentos, programa de compras do governo federal. O texto segue para sanção.

Senadores de oposição votaram contra a medida

provisória, argumentando que o crédito extraordinário está sendo usado de forma inconstitucional porque despesas como apoio à educação básica, previstas na proposta, não são imprevisíveis e urgentes, como determina a Carta Magna. **3**

Senadores discutem proposta, que garante a maior parte dos recursos para o Ministério do Planejamento apoiar estados e municípios atingidos por secas ou enchentes

**Orçamento deste ano terá R\$ 2,2 bilhões de créditos suplementares **3****

**MP da intervenção no setor elétrico vai ser discutida em novembro **4****

**Mais rigor para resíduos de clínica de radiologia e de medicina nuclear **6****

**Educação do país necessita de padrão nacional, diz professor **7****

**Indicação de Zavascki passa em comissão e vai ao Plenário**

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sabatinou ontem Teori Zavascki e aprovou a indicação para o Supremo Tribunal Federal. **5**

José Cruz/Agência Senado



Teori Zavascki fala em sabatina na CCJ, ao lado dos senadores Eunício Oliveira, Renan Calheiros e Gim Argello



Faixa para ônibus no centro de Brasília: iniciativa beneficia sistema que oferece integração de transportes sem cobrança adicional

Waldemir Barreto/Agência Senado

**Projeto visa baratear o transporte público**

Aprovada na Comissão de Infraestrutura, segue para a CAE proposta que isenta de impostos serviços e insumos (como combustíveis, componentes de veículos e energia) do transporte coletivo para sistemas integrados e com tarifa unificada. Projeto já passou na Câmara. **7**

**.leg**

O legislativo mudou de endereço.

www.tcu.leg.br www.senado.leg.br www.camara.leg.br

.leg é o legislativo na internet.



# Senado, Câmara e TCU têm novos endereços virtuais

Domínios na internet com extensão “.leg.br” visam facilitar o reconhecimento dos sites legislativos. Quem digitar os antigos “.gov.br” será redirecionado para o novo endereço durante a fase inicial

OS ENDEREÇOS DO Senado, da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União (TCU) na internet têm a extensão “.leg.br” desde ontem. O novo domínio primário exclusivo do Poder Legislativo é uma inovação do Brasil para facilitar o reconhecimento dos sites legislativos e afirmar a independência entre os Poderes.

Os endereços antigos, com extensão “.gov.br”, continuarão válidos até que os internautas se habituem ao novo padrão de endereçamento. Os usuários serão automaticamente redirecionados aos endereços com final “.leg.br” e serão avisados sobre a mudança.

Durante a cerimônia de lançamento, no Salão Nobre do Senado, os diretores das três Casas falaram das vantagens decorrentes da mudança. A diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, espera que a mudança aprimore a integração com a sociedade.

— Estamos demonstrando



Doris Peixoto (D), diretora-geral do Senado, prevê uma melhor integração

para o cidadão que utiliza a internet que fazemos parte de um todo e que, mesmo na adversidade, o Poder Legislativo é único — afirmou Doris.

O diretor da Secretaria Especial do Interlegis, Haroldo Tajra, contou que várias câmaras municipais sofreram com obstáculos técnicos e políticos à manutenção de domínios “.gov.br”, administrados pelo Poder Executivo.

O secretário-geral da presidência do TCU, Sandro Grangeiro Leite, disse que a iniciativa aumenta a transparência

do Legislativo e a independência entre os Poderes. O diretor-geral da Câmara dos Deputados, Rogério Ventura, e o diretor da Subsecretaria de Tecnologia de Informação do Interlegis, Ricardo Ramos, deram parabéns aos servidores do Senado pelo esforço de integração na internet.

No Plenário, a senadora Ana Amélia (PP-RS) anunciou o lançamento da campanha institucional conjunta que divulgará o estabelecimento do novo domínio do Poder Legislativo.

## Prodasen comemora 40 anos de fundação

A Secretaria Especial de Informática do Senado (Prodasen) comemorou ontem seus 40 anos de criação, com homenagens a servidores e inauguração da galeria de diretores. Participaram da solenidade os senadores Anibal Diniz (PT-AC), primeiro-vice-presidente da Casa, e Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), além da diretora-geral, Doris Peixoto, e da secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra.

Vídeo mostrou a história

do Prodasen, desde a criação do primeiro banco de dados de grande porte para o Legislativo, em 1972, até a construção dos novos portais de acesso a informações públicas, como o da Copa e o da Transparência.

Outros momentos importantes foram o apoio à Assembleia Nacional Constituinte e a criação do LexML, que reúne a legislação brasileira.

— Na era da informação, seria inimaginável o pleno

funcionamento dos órgãos federados sem o Prodasen — disse Anibal Diniz.

Rodrigo Rollemberg ressaltou que os serviços do Prodasen são essenciais para o exercício do mandato parlamentar e também à transparência.

Diretor do Prodasen, Afranio Fernandes afirmou que a essência da secretaria são as pessoas, responsáveis pelos “produtos de excelência”. E investir em tecnologia da informação, disse, é “investir para economizar”.

Servidor mais antigo em atividade, Edward Cattete Pinheiro Filho — atuante no Senado desde 1974 — foi homenageado.

— Na reforma administrativa [do Senado] está sendo moldado um novo Prodasen. Que não se abandone a avançada visão da época de fundação — ressaltou.



Servidores foram homenageados no aniversário da Secretaria de Informática

## João Costa substitui Vicentinho no Senado

Vicentinho Alves (PR-TO) se licenciou ontem das atividades no Senado para assumir o cargo de secretário extraordinário para Assuntos Legislativos do Tocantins.

Vicentinho foi substituído ontem mesmo pelo seu primeiro-suplente, João Costa (PPL-TO), que disse que vai defender os interesses do

Tocantins e trabalhar pela geração de emprego e renda.

Nascido em Monte Carmelo (MG), João Costa (foto) é advogado e professor universitário. No Tocantins, foi secretário de Segurança, Justiça e Cidadania.

— Tenho noção exata da responsabilidade que o cargo me impõe — disse Costa.

Gim Argello (PTB-DF) deu

boas-vindas a Costa e lembrou que o novo senador foi estagiário da Caixa e concursado da Embrapa, elogiando o caráter e a firmeza do parlamentar.

— É uma honra ter João Costa aqui no Senado — disse Gim.



## Davim parabeniza finalistas do Concurso de Redação do Senado

Paulo Davim (PV-RN) parabenizou ontem os finalistas da quinta edição do Concurso de Redação



do Senado, promovido anualmente para alunos do 2º e do 3º ano do ensino médio de escolas públicas estaduais e do Distrito Federal, com idade de 16 a 19 anos.

Os 27 finalistas — um representante por unidade da Federação — serão premiados dia 19 com notebook, medalha e certificado. Além disso, participarão do Projeto Jovem Senador, uma simulação de três dias sobre o processo de criação de leis, quando poderão apresentar projetos que serão examinados pelos senadores.

Layane Rayelly Silva Marinho, de Alagoas, foi escolhida vencedora da edição, que teve como tema “Meu município, meu Brasil”. As escolas dos três primeiros colocados na etapa nacional serão premiadas com computadores para uso coletivo.

## Ana Amélia saúda Rádio Senado por indicação a prêmio

Ana Amélia (PP-RS) parabenizou a equipe da Rádio Senado que produziu a série especial de reportagens “Globo da morte — os perigos do trânsito para os motociclistas”, uma das finalistas do 19º Prêmio CNT de Jornalismo.



A senadora informou que os cinco episódios da série abordam temas como estatísticas de acidentes e mortes de motociclistas, saúde pública, condições de trabalho de mototaxistas, lazer, uso de álcool e drogas e deficiências na formação dos condutores. A série foi exibida entre 13 e 17 de agosto, no programa *Conexão Senado*.

— A Rádio Senado é a única emissora pública a chegar na final da categoria rádio. O prêmio CNT tem por objetivo estimular a produção de material jornalístico a respeito do setor de transportes e sua importância para o desenvolvimento social e econômico do país — disse a senadora.

### ADIAMENTO

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após a ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### PLENÁRIO: Crimes de informática

9h30 Entre os itens da pauta, em regime de urgência, o projeto de lei da Câmara (PLC 35/12) que tipifica como crime os delitos de informática.

### PRESIDÊNCIA: Superior Tribunal Militar

10h30 José Sarney preside a ordem do dia da sessão plenária. Às 12h, recebe o ministro-presidente do Superior Tribunal Militar, almirante de esquadra Álvaro Luiz Pinto.

### CRA: Venda ilegal de agrotóxicos

8h30 A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária reúne-se para votar, entre outros itens, projeto que criminaliza a venda ilegal de agrotóxicos e condutas correlatas.

### CDH: Estatuto do Idoso

8h30 Audiência pública debate os nove anos do Estatuto do Idoso. Em seguida, reunião para exame de requerimentos.

### SEMINÁRIO: Desafios do Federalismo

9h No auditório do Interlegis, o professor Fernando Rezende, da Fundação Getúlio Vargas, faz palestra de abertura do seminário *Desafios do Federalismo*, promovido pelo Senado e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento.

### CRE: Indicações para embaixadas

10h A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional examina indicações para embaixadores em Níger, cumulativamente com Benin; Líbano, Namíbia, Bangladesh; e Itália, cumulativamente com San Marino e Malta.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Deputado Paulo Pimenta preside a Comissão Mista de Orçamento

## Comissão de Orçamento aprova créditos suplementares que somam R\$ 2,2 bilhões

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem três projetos de crédito suplementar no Orçamento 2012, que ainda precisam ser aprovados pelos Plenários do Senado e da Câmara.

O maior valor garante R\$ 1,2 bilhão aos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (PLN 21/12). Entre os órgãos beneficiados, estão Receita Federal, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Comissão de Valores Mobiliários. Parte dos recursos será usada para pagar contratos da União com o Serpro e a Dataprev. O Instituto Nacional da Propriedade Intelectual (Inpi) receberá dinheiro para acelerar o tempo de análise e registro de patentes.

Outro projeto (PLN 10/12) aumenta em R\$ 802 milhões o investimento dos Ministérios

da Justiça e da Defesa em segurança. Cerca de R\$ 405 milhões vão para fortalecimento de instituições e valorização de profissionais. Na Defesa, serão R\$ 397 milhões destinados à administração do ministério, ao Comando da Marinha e ao Hospital das Forças Armadas.

O terceiro projeto (PLN 23/12) destina R\$ 209 milhões a Judiciário e Executivo. No Judiciário, R\$ 2,7 milhões irão para construção de cartórios eleitorais e para tribunais regionais eleitorais. A Justiça do Trabalho terá R\$ 89,4 milhões. Já os R\$ 103 milhões do Executivo seguirão para compra da sede do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e obras de dragagem e fiscalização. O R\$ 1,5 milhão do Ministério das Relações Exteriores deve ampliar o consulado em Rivera (Uruguai).

## Medida provisória sobre dívidas com o Pasep segue para o Plenário da Câmara

Foi aprovada ontem pela comissão mista instalada para examiná-la a Medida Provisória 574/12, que estabelece o parcelamento das dívidas de estados e municípios relativas ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep). A MP, que vale até 9 de novembro, segue para a Câmara porque recebeu emendas.

A MP também prorroga até 31 de dezembro a isenção do PIS-Pasep e da Cofins sobre importação e venda de várias massas alimentícias. No parecer do colegiado, o benefício foi estendido a outros setores.

Devido ao tempo curto para votação, divergências sobre o impacto no Orçamento foram deixadas para exame nos plenários da Câmara e do Senado. O relator das receitas do Orçamento 2013,

deputado Cláudio Puty (PT-PA), manifestou preocupação com a adequação dessas desonerações no relatório.

— Chama a atenção não ter um estudo do impacto desses benefícios na receita — disse.

Para o relator na comissão mista, deputado Sandro Mabel (PMDB-GO), a MP vai no sentido contrário, permitindo aumento da arrecadação. Mesma opinião tem a senadora Ana Rita (PT-ES), que presidiu o colegiado.

— É uma forma até de a União recuperar recursos, que não estavam previstos para serem recebidos. Considerando que o volume de dívida é alto, a medida possibilita o parcelamento dessa dívida e vai estimular aqueles que estão em débito com a União a pagá-la — observou a senadora.



Sandro Mabel e Ana Rita acham que a MP permitirá aumento da arrecadação

# Crédito de R\$ 6,8 bi para ministérios vai a sanção

Acréscimo ao Orçamento de 2012 previsto em medida provisória foi aprovado ontem pelo Senado, com objetivo de estimular a indústria e o desenvolvimento nacional através do PAC Equipamentos

O SENADO APROVOU ontem a Medida Provisória 573/12, que liberou para nove ministérios R\$ 6,8 bilhões em créditos extraordinários do Orçamento de 2012 para compra de equipamentos. A medida faz parte do PAC Equipamentos, programa de compras do governo federal que deverá contar com R\$ 8,43 bilhões neste ano, estando R\$ 1,59 bilhão já previsto no Orçamento. O objetivo é estimular a indústria e o desenvolvimento nacional. O texto aprovado segue para sanção.

São beneficiados pela MP os Ministérios da Justiça, Defesa, Saúde, Educação, Transportes, Planejamento, Cidades, Integração Nacional e Desenvolvimento Agrário.

A maior parte dos recursos cabe ao Ministério do Planejamento: R\$ 1,7 bilhão para compra de equipamentos em apoio a estados e municípios atingidos por secas ou enchentes. Valor pouco menor, R\$ 1,5 bilhão, caberá ao Ministério da Defesa para reaparelhamento do arsenal bélico e de veículos de emprego militar, como tanques e lançadores de mísseis.

O Ministério da Educação terá direito a R\$ 1,44 bilhão, a ser repassado a estados e

municípios para compra de 8.750 ônibus escolares e três milhões de conjuntos mobiliários escolares. Já o Ministério de Desenvolvimento Agrário receberá R\$ 1,09 bilhão para aquisição de tratores agrícolas e máquinas em apoio a municípios na recuperação de estradas vicinais.

### Trens urbanos

A MP também libera R\$ 712 milhões ao Ministério das Cidades para implantação de trechos ferroviários e compra de 160 vagões de trens urbanos. Outros R\$ 279 milhões irão para o Ministério da Saúde, destinados à compra de 2.125 ambulâncias e mil furgões,

que servirão de unidades odontológicas móveis no Sistema Único de Saúde (SUS).

Para obras emergenciais nas rodovias federais afetadas pelas chuvas, assim como para recuperação de portos e terminais hidroviários na Região Norte, o Ministério dos Transportes vai receber R\$ 32,1 milhões. O Ministério da Justiça, por sua vez, terá direito a R\$ 22,9 milhões para reaparelhamento da Polícia Rodoviária Federal, com aquisição de 500 motocicletas.

O texto prevê ainda R\$ 13,5 milhões, no Programa Água para Todos, para perfuração de poços e acesso das populações do semiárido nordestino ao abastecimento de água.

## Oposição diz que recursos são usados de forma inconstitucional

Senadores do PSDB votaram contra a MP 573/12. Eles argumentaram que o governo federal está usando de forma inconstitucional o instrumento do crédito extraordinário. De acordo com a Constituição federal, disseram os senadores tucanos, esse tipo de crédito só deve ser admitido para “despesas imprevistas e

urgentes” — que não seria o caso das despesas previstas na proposta em questão.

— Existe coisa mais rotineira do que o apoio à educação básica? Ou será que o governo do PT acha que isso é algo excepcional? — provocou Aloysio Nunes (PSDB-SP), em alusão ao destino do recurso liberado ao Ministério da Educação.



Senadores aprovam MP que faz parte do PAC Equipamentos, programa federal de compras

## CVM e embaixadas ganham novos titulares

Leonardo Porciúncula Gomes Ferreira foi aprovado ontem pelo Senado para a presidência da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A mesma sessão aprovou Nei Futuro Bitencourt para o cargo de embaixador em Camarões e Chade, cumulativamente.

Ferreira passou por sabatina em agosto na Comissão de Assuntos Econômicos. Segundo o relator da indicação, Francisco Dornelles (PP-RJ), o cargo de presidente da CVM assume maior importância no momento de crescimento do mercado de capitais brasileiros. Para ele,

esse mercado tornou-se fonte relevante de recursos para os investimentos pelas empresas do país.

Ferreira é engenheiro da produção e economista, com experiência como executivo de grandes empresas e vice-presidente da companhia aérea Gol. Durante a sabatina, assumiu o compromisso de trabalhar para aprofundar a transparência no mercado e aumentar sua importância.

Já o diplomata Bitencourt é engenheiro e jornalista, tendo ingressado na carreira diplomática em 1983. Durante

a sabatina, também realizada em agosto, ressaltou o “renascimento africano” e as oportunidades de participação do Brasil no desenvolvimento econômico e social da África.

O relacionamento diplomático entre o Brasil e a República de Camarões começou em 1960, e a embaixada brasileira no país africano existe desde 1982. Já as relações diplomáticas entre Brasil e Chade são mais recentes, desde 1996. As relações vêm se intensificando gradualmente, em decorrência da cooperação no campo da agricultura.

# Intervenção no setor elétrico será debatida em novembro

Audiência foi marcada pela comissão do Congresso encarregada de analisar a MP 577/12, que prevê intervenção em concessionárias, como aconteceu em agosto com oito empresas da Rede Energia

FOI INSTALADA ONTEM a comissão mista do Congresso destinada a examinar a Medida Provisória (MP) 577/12, que trata da intervenção no setor elétrico para adequar a distribuição de energia, além da extinção de concessões e da prestação temporária do serviço. O colegiado marcou audiência pública para debater o assunto em 6 de novembro.

No requerimento para o debate, o deputado Arnaldo Jardim (PPS-SP) pediu que sejam ouvidos o Ministério de Minas e Energia, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), secretários estaduais de energia, o grupo Rede Energia e trabalhadores do setor.

Segundo Romero Jucá (PMDB-RR), relator da matéria, é preciso ouvir os diversos segmentos para identificar os maiores conflitos.

— É importante o governo manter o controle, mas os contratos também precisam ser cumpridos — disse.

Para a senadora Lídice da Mata (PSB-BA), vice-presidente da comissão, não há autoritarismo na MP, mas uma situação de poder de Estado, necessária para o desenvolvimento do país.

De acordo com o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, a urgência e a relevância da medida se devem à grave situação técnica e financeira



Deputado Fernando Ferro, entre os senadores Pimentel e Lídice, preside comissão

## Oito comissões analisam MPs

Veja o que determinam as medidas provisórias que serão examinadas por oito comissões mistas do Congresso instaladas ontem

- ▶ **MP 576/12**, trata da criação da Empresa de Planejamento e Logística (EPL) e de suas competências
- ▶ **MP 577/12**, regulamenta a intervenção, a extinção de concessões e a prestação de serviço temporário no setor elétrico
- ▶ **MP 579/12**, envolve as concessões de energia elétrica, a redução dos encargos setoriais e a diminuição de tarifas
- ▶ **MP 578/12**, permite depreciação acelerada de veículos para transporte de mercadorias previstos na tabela do IPI
- ▶ **MP 580/12**, autoriza a criação do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec)
- ▶ **MP 581/12**, cria o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste
- ▶ **MP 582/12**, concede o benefício da desoneração da folha de pagamento a 15 setores da economia
- ▶ **MP 584/12**, dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016

de concessionárias. Ele afirma que a intervenção administrativa é o regime mais adequado para evitar essas situações.

A MP determina que o poder concedente poderá intervir no serviço de concessão pelo prazo de um ano, prorrogável a critério da Aneel.

Com base nessa MP, no dia 31 de agosto, a Aneel determinou a intervenção em oito concessionárias do grupo Rede Energia que operam em cinco estados.

A comissão mista será presidida pelo deputado Fernando Ferro (PT-PE).

## Renan aponta ameaça a redução no preço da energia

Relator da MP 579/12, que busca a redução das tarifas de energia elétrica, Renan Calheiros (PMDB-AL) alertou ontem para pressões contrárias à aprovação da medida.

— O objetivo é a redução da tarifa. É óbvio que vai haver uma pressão muito grande para que isso não aconteça. E se isso não acontecer, a medida provisória perde o objetivo — disse.

Com a MP, o governo busca uma redução média de 16,2% na conta de luz das residências e de até 28% nas tarifas cobradas do setor produtivo, mas a medida não tem consenso no Congresso e foi alvo de 431 emendas de parlamentares.

O texto estabelece a prorrogação dos contratos de geração, transmissão e distribuição de energia hidrelétrica por até 30 anos

e os de geração de energia termelétrica por até 20. Para isso, as concessionárias devem concordar em retirar, do preço da tarifa, a remuneração de investimentos já amortizados.

Renan foi escolhido como relator ontem, na instalação da comissão mista do Congresso que vai examinar a medida provisória. Na reunião, o grupo também elegeu o deputado Jilmar Tatto (PT-SP) como presidente e o senador Delcídio do Amaral (PT-MS) como vice.



Marcos Oliveira/Agência Senado

## Wellington Dias pede liberação de recursos do Luz para Todos no Piauí



Waldemir Barreto/Agência Senado

Wellington Dias (PT-PI) fez um apelo ao ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, pela liberação de recursos para a conclusão do Programa Luz Para Todos no Piauí. Segundo o senador, 94% da população do estado já foi atendida, mas ainda faltam 25 mil ligações.

Ele ainda convidou os colegas para a exposição, no Espaço Cultural Ivandro Cunha Lima, de obras de Edilson Lopes, em homenagem aos 190 anos do Piauí.

## Cyro alerta para possibilidade de apagões elétrico e aéreo na Copa



Waldemir Barreto/Agência Senado

Cyro Miranda (PSDB-GO) disse ontem que o país não está preparado para enfrentar emergências em aeroportos durante a Copa. Ele citou o caso de avião que ficou parado na pista do Aeroporto de Viracopos, em Campinas (SP), resultando em transtornos para mais de 25 mil passageiros. Também cobrou da presidente Dilma Rousseff explicações para o recente apagão elétrico que atingiu o DF e vários estados.

## Subcomissão do FGTS será prorrogada até o final de 2013

A Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) terá até o final de 2013 para concluir suas atividades, segundo requerimento aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A prorrogação dos trabalhos, que teriam de ser encerrados até o final de 2012, foi pedida por Cyro Miranda (PSDB-GO), presidente da subcomissão, ligada à CAS.

O parlamentar argumentou que a prorrogação é necessária porque o trabalho foi prejudicado por conta do período eleitoral. Muitos dos integrantes do colegiado tiveram de atuar nos estados, o que impossibilitou a realização das audiências públicas previstas.

Também ontem, a subcomissão aprovou por unanimidade o senador José Pimentel (PT-CE) como o novo relator. Ele substituiu a senadora licenciada Marta Suplicy (PT-SP),

que assumiu o Ministério da Cultura.

Paulo Paim (PT-RS) e Ana Amélia (PP-RS) destacaram a competência de Pimentel e experiência dele como ex-ministro da Previdência Social.

A subcomissão do FGTS foi criada em março para examinar questões relativas às contas e à sustentabilidade do fundo. Já foram debatidos temas como alternativas para aplicação dos recursos, alíquotas de contribuição e critérios de saque das contas. O colegiado também discutiu o papel do FGTS como poupança do trabalhador e instrumento de política governamental.

Participaram das audiências públicas representantes do governo, de trabalhadores e de empregadores. No final de agosto, a então relatora, Marta Suplicy, apresentou parecer preliminar da subcomissão.



Ana Amélia e Paulo Paim elogiam escolha do novo relator da subcomissão

## Alvaro quer maior remuneração para poupança, FAT e FGTS

Alvaro Dias (PSDB-PR) defendeu “uma revolução nas remunerações” do FGTS, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e da poupança.

Inspirado pelo ex-presidente do Banco Central Pérsio Arida, o senador anunciou que apresentará proposta estabelecendo que a poupança será remunerada em 70% da taxa Selic.

O mesmo ocorreria no FGTS e no FAT, “evitando perdas inflacionárias para os

cotistas desses fundos”.

— Hoje, tais fundos fornecem recursos a baixo custo a apenas alguns grupos de eleitos. Em contrapartida, remuneram mal seus cotistas, ou seja, a massa de trabalhadores e poupadores — disse.

Na avaliação de Alvaro, o aumento dessas remunerações ajudará a reduzir as taxas de juros no país, melhorará a distribuição de renda e aumentará a poupança doméstica.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Oposição cobra proporcionalidade em comissões mistas sobre MPs

Segundo Alvaro Dias e Lúcia Vânia (PSDB-GO), o critério de proporcionalidade entre governistas e opositores na distribuição de cargos em comissões mistas que analisam MPs não está sendo respeitado. Para o senador, como a oposição não tem participado dos cargos de presidente, vice, relator e revisor, somente a bancada do governo tem tomado decisões sobre questões essenciais que vêm embutidas nas MPs. O presidente do Senado, José Sarney, disse que a cobrança é justa.

O juiz Teori Zavascki teve o nome aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça com 18 votos a favor e nenhum contra. Decisão segue agora para exame final do Plenário

# Indicado ao Supremo passa em sabatina da CCJ

A INDICAÇÃO DO ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Teori Zavascki para o Supremo Tribunal Federal (STF) foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) com 18 votos favoráveis, nenhum contrário e 1 abstenção. Agora, será analisada pelo Plenário, que pode votar a matéria ainda hoje.

Zavascki foi sabatinado por cerca de três horas pelos senadores da CCJ. Ele abordou, entre outras questões, a eventual alteração da maioria penal no Brasil e a necessidade de novas regras para o Fundo de Participação dos Estados (FPE).

Sobre a maioria penal, Zavascki entende que o assunto não está entre as cláusulas pétreas da Constituição — aquelas que não podem ser alteradas, mesmo por emenda constitucional. Ele é favorável a uma interpretação restritiva dessas cláusulas, o que, para o jurista, favorece a adaptação da lei à dinâmica das mudanças sociais e valoriza o próprio trabalho do Legislativo.

Várias propostas de emenda constitucional sobre o assunto, em tramitação no Senado e



Senador Luiz Henrique, entre os colegas Armando Monteiro e Rodrigo Rollemberg, questiona Zavascki durante reunião que debateu temas como maioria penal e FPE

na Câmara, visam reduzir a maioria penal de 18 para 16 anos. Em geral, os autores associam a inimizabilidade dos menores ao aumento do número de pessoas nessa faixa etária envolvidas na execução de crimes violentos.

Questionado pelos senadores, Zavascki disse que o Judiciário poderá se posicionar diante de uma eventual “lacuna legislativa” se o Senado e a Câmara não votarem até o fim do ano novas regras para a repartição do FPE e para a concessão de incentivos tributários regionais (guerra fiscal).

O atual sistema de rateio do FPE foi declarado inconstitucional pelo STF, que estabeleceu prazo até 31 de dezembro deste ano para a edição de uma nova norma sobre o assunto.

## Ativismo judicial

No caso da guerra fiscal, tramitam no Senado projetos que buscam amenizar para os estados o impacto de decisões do STF que consideraram inconstitucionais leis estaduais sobre incentivos tributários.

Os parlamentares correm contra o tempo para aprovar

um texto que reduza os efeitos de súmula vinculante sobre o tema em discussão no STF. Se for aprovada no Supremo, a súmula se torna obrigatória para todos os tribunais e para a administração pública.

O ministro explicou que o juiz não pode se eximir de uma decisão alegando eventual lacuna legal. Segundo ele, cabe ao magistrado basear-se em analogia e em outros instrumentos para tomar uma decisão, ainda que provisória, até que se edite nova lei. Na avaliação dele, isso não caracteriza “ativismo judicial”;

expressão usada por vários senadores na sabatina.

Zavascki foi indicado ao Supremo, pela presidente Dilma Rousseff, para a vaga aberta com a aposentadoria de Cezar Peluso. A análise da indicação pelo Plenário do Senado estava marcada para ontem, mas acabou adiada por um dia.

No entanto, para o líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), dificilmente haverá quórum para votação nominal hoje. Segundo ele, o mais provável é que a decisão se dê depois do segundo turno das eleições.

## Zavascki: exposição exagerada afeta julgamento

Na sabatina de ontem, o ministro Teori Zavascki não fugiu de assuntos polêmicos, como o julgamento do mensalão.

Embora tenha dito que as deliberações da Justiça devem ser públicas, ele observou que “o excesso de exposição não colabora com as boas decisões”. De acordo com Zavascki, o sistema brasileiro de transmissão das sessões do Supremo Tribunal Federal é inédito no mundo.

Outras questões abordadas pelo sabatinado foram a lavagem de dinheiro e a evasão de divisas — debatidas no Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento do mensalão.

Em resposta ao senador Pedro Taques (PDT-MT), Zavascki disse que, para que fique caracterizada, a lavagem de dinheiro depende de um crime anterior.

— Lavar dinheiro significa um ato no sentido de dissimular um delito anterior. É da própria essência do crime — afirmou.

Já a evasão de divisas, na visão de Zavascki, pode ocorrer independentemente de os valores evadidos terem sido produto de um crime antecedente.

A falta da indicação do crime antecedente na denúncia formulada pelo Ministério Público, aliás, foi motivo da absolvição do publicitário

Duda Mendonça, na última segunda-feira, pelo STF.

## Foro privilegiado

Quanto ao chamado foro privilegiado — instâncias superiores da Justiça e magistrados —, que Zavascki preferiu chamar de “foro por prerrogativas”, ele assinalou que se trata de um instrumento presente na Constituição brasileira desde a época do Império.

— O foro por prerrogativas foi instituído na suposição de que um órgão judiciário de maior grau tem mais poder de resistir a pressões de autoridades eventualmente julgadas — afirmou.

## Ministro critica “contrabando” inserido em medida provisória

Teori Zavascki criticou o fato de frequentemente serem incluídos, em projetos de lei de conversão, temas estranhos aos objetos das medidas provisórias originais — os “contrabandos”, como dizem os analistas políticos.

Segundo ele, quando fazem isso, os parlamentares adotam “uma terceira via de produção legislativa”, cuja legalidade poderá ser examinada pelo Judiciário.

Indagado sobre os limites de uma comissão parlamentar de inquérito, Zavascki disse que, “em nome da

independência e harmonia entre os Poderes”, não seria possível a uma CPI convocar ou impor a presença de ministros do STF, embora tenham o dever de colaboração, pelo próprio cargo.

Ele disse que o aumento dos prazos prescricionais pode inibir a impunidade, mas deve ser visto com ressalvas. O prazo prescricional determina o período em que a pena pode ser aplicada. Ele chamou a atenção para “a outra face” da prescrição — proteger as pessoas que são acusadas e investigadas.

## Ricardo Ferraço destaca mérito do magistrado

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) elogiou ontem, em Plenário, a indicação de Teori Zavascki para o STF. Para o senador, a aprovação quase unânime mostra a qualidade técnica do indicado.

O parlamentar destacou a carreira de Zavascki, que foi advogado do Banco Central, professor premiado e hoje é ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

— Foi pela porta estreita do concurso público que ele ingressou na carreira jurídica e no magistério superior.

O senador disse que, na sabatina na CCJ, o indicado foi didático e não fugiu de qualquer assunto. Ferraço contou que Zavascki demonstrou clara preocupação com a lentidão da Justiça brasileira e sugeriu medidas para amenizar a situação.

— Foi com muita alegria que declarei meu voto favorável ao indicado, na certeza de que o Plenário estará, de forma urgente, se posicionando para que Teori possa honrar o Supremo.

Em aparte, Pedro Taques elogiou o pronunciamento do colega e disse que uma sabatina não pode ser uma ação entre amigos, mas deve ser encarada como uma

forma de controle sobre o Judiciário, que vai receber um indicado, e sobre o Executivo, que indica.

Taques defendeu aperfeiçoamento no processo de sabatina, com maior participação da sociedade. O senador lembrou que foi relator de um projeto de resolução (PRS 8/11) sobre o assunto, de autoria de Roberto Requião (PMDB-PR). A matéria, já



Segundo Ferraço, Zavascki foi didático e não fugiu das perguntas aprovada na CCJ, prevê, por exemplo, o envio de perguntas para a sabatina por meio do Portal do Senado.

## Comissão reforça proibição de acesso de preso à internet

Foi aprovado ontem na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) projeto de Paulo Bauer (PSDB-SC) que explicita na Lei de Execução Penal a proibição de acesso a internet pelo preso em regime fechado (PLS 586/11). O texto segue para votação final na Comissão de Constituição e Justiça.

O presidente da CCT, Eduardo Braga (PMDB-AM), destacou a relevância da proposta para coibir a comunicação entre presos e suas organizações criminosas através de *smartphones*.

O relator, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), apresentou emenda ao projeto de Braga para vedar o acesso à internet durante trabalho ou estudo dentro do presídio, ou mesmo quando o preso estiver recebendo assistência a saúde ou participando de atividade religiosa, esportiva ou artística.

## Estatuto da Juventude será tema de audiências

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vai realizar duas audiências públicas para discutir a proposta do Estatuto da Juventude. O projeto (PLC 98/11) estabelece diretrizes para as políticas públicas destinadas aos jovens e institui o Sistema Nacional de Juventude.

O projeto estava na pauta de ontem da CAS e foi retirado a pedido de Paulo Paim (PT-RS), que é relator da proposta, para a realização das audiências.

Ao justificar o requerimento, aprovado ontem, Paim informou que tem discutido o assunto com entidades da sociedade e com o governo. Para ele, a matéria ainda não está em condições de ser votada e merece ter a discussão aprofundada.

A Consultoria do Senado, segundo o senador, recomenda que, com base nessas audiências, seja apresentado um substitutivo para incluir as contribuições recebidas.

Ao encerrarem atividades, clínicas de radiologia ou de medicina nuclear deverão informar destino dado ao material radioativo e procedimentos necessários para correta descontaminação do local

# Projeto evita resíduo de radiação em clínica fechada

CLÍNICAS DE RADIOLOGIA ou medicina nuclear, ao serem encerradas, precisarão comprovar que possível radiação residual não representa risco para os novos usuários do local. Essa determinação está em projeto aprovado ontem pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

O projeto (PLC 141/10) segue para sanção caso não haja recurso para votação em Plenário.

A proposta vale para qualquer instalação radioativa e determina também que o responsável solicite autorização para encerramento, informando o destino que será dado ao material radioativo e os procedimentos necessários à descontaminação do prédio.

O relator, Lobão Filho (PMDB-MA), ressaltou que acidentes com materiais



Eduardo Braga preside a sessão de votação, ao lado de Alfredo Nascimento

radioativos estão frequentemente ligados a irregularidades no destino dado ao material e nos procedimentos técnicos para a descontaminação.

Cyro Miranda (PSDB-GO) lembrou contaminação ocorrida em 1987 em Goiânia, quando parte de um aparelho de radioterapia descartado de forma irregular por uma

clínica desativada — uma cápsula contendo césio 137 — foi manipulada e contaminou dezenas de pessoas.

O projeto atribui responsabilidade civil e criminal pela operação de instalações radioativas conforme normas previstas na lei que trata das atividades nucleares (Lei 6.453/77) e no Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40).

## Cuidador de pessoa idosa tem profissão regulamentada

A regulamentação da profissão de cuidador de pessoa idosa foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais e segue para sanção caso não haja recurso. O texto aprovado foi um substitutivo da senadora licenciada Marta Suplicy (PT-SP) a projeto (PLS 284/11) de Waldemir Moka (PMDB-MS).

A profissão será exercida por pessoas com mais de 18



Jayme Campos e Pedro Taques durante a votação do projeto na CAS

anos que tenham concluído o ensino fundamental e curso específico, conferido por instituição reconhecida por órgão público de educação.

Quem exercer a função há pelo menos dois anos, na época da entrada da lei em vigor, será dispensado da exigência de conclusão do curso.

## Portadores de lúpus ganham isenção no imposto de renda

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou ontem isenção do Imposto de Renda para portadores de lúpus (PLS 603/11) que se aposentam por conta da doença. O texto aprovado é substitutivo de Lídice da Mata (PSB-BA) a projeto do senador licenciado Vicentinho Alves (PR-TO).

Como a votação foi em caráter terminativo, o projeto segue direto para sanção caso nenhum senador apresente recurso para que ele seja antes examinado em Plenário.

## Projeto autoriza entidades sociais a utilizar imóveis do INSS

Também foi aprovado pela CAS projeto que abre às entidades de assistência social a possibilidade de utilizar imóveis que pertençam ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O PLS 596/11 segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde será analisado em caráter terminativo.

O autor da proposta é Lindbergh Farias (PT-RJ). O relator, Benedito de Lira (PP-AL), acrescentou a exigência do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social.

## CPI da Violência contra Mulher faz novas audiências

A CPI da Violência contra a Mulher agendou ontem para o mês de novembro a realização de novas audiências públicas. Em Mato Grosso do Sul, os encontros ocorrerão nos dias 8 e 9. No Amazonas, dias 22 e 23. No DF e Entorno, de 29 a 31.

Datas para o Rio de Janeiro e o Ceará não foram definidas, mas há duas possibilidades: 5, 6 e 7 ou 12 e 13 de novembro. Se o Rio ficar com a primeira opção, o Ceará fica com a segunda e vice-versa.

As audiências deverão contar com autoridades do governo do estado, gestores públicos, Poder Judiciário e representantes do movimento de mulheres.

A CPI decidiu também que a próxima reunião administrativa da comissão, destinada à apreciação de requerimentos, será realizada em 30 de novembro.

## Tomás lembra 30 anos de comitê da ONU pró-mulher

Tomás Correia (PMDB-RO) celebrou os 30 anos do Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher, um dos dez comitês de direitos humanos da ONU.

O senador lembrou que, desde o fim da 2ª Guerra Mundial, os direitos humanos ocupam o centro da agenda internacional. Ele afirmou que a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, lei internacional dos direitos das mulheres aprovada pela ONU em 1979, merece destaque especial porque trata com a consideração devida “um grupo tradicionalmente vítima da discriminação”.

— Não é possível fechar os olhos para o fato de que a violência contra a mulher continua — advertiu.



Waldemir Barrato/Agência Senado

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney

**Primeiro-vice-presidente:** Anibal Diniz

**Segundo-vice-presidente:** Waldemir Moka

**Primeiro-secretário:** Cícero Lucena

**Segundo-secretário:** João Ribeiro

**Terceiro-secretário:** João Vicente Claudino

**Quarto-secretário:** Ciro Nogueira

**Suplentes de secretário:**

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burtle

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

## Professor defende sistema nacional para a educação

O Brasil deveria ter um sistema nacional de educação, na opinião do filósofo e educador Dermeval Saviani, da Universidade de Campinas (Unicamp), durante audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), parte do ciclo *Educação e Federalismo*. Para isso, sugeriu Saviani, será necessário estabelecer uma rede de formação de professores (com base nas universidades públicas) e normas comuns a todo o país, com o objetivo de assegurar uma educação com o mesmo padrão de qualidade em todo o Brasil.

— Hoje, municípios pobres oferecem uma educação pobre, municípios remediados oferecem uma educação remediada, e municípios ricos oferecem uma educação rica. Essas diferenças levam a desigualdades — afirmou.

O novo sistema não seria do governo federal, mas sim da Federação, composta pelos estados, destacou Saviani. Ele disse que Argentina, Chile e Uruguai criaram os próprios sistemas nacionais de educação no final do século 19 e, com isso, resolveram o problema do analfabetismo e promoveram a universalização do ensino fundamental.

O representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Luiz Valter de Lima, secretário de Educação de Camaçari (BA), observou que o regime de colaboração previsto pela Constituição para a educação — com distribuição de responsabilidades entre a União, os estados e

os municípios — vem sendo implantado de forma desigual.

— As próprias escolas estão divididas, como se houvesse escolas de grife. As municipais públicas não têm o mesmo prestígio das estaduais. As federais, por sua vez, têm maior prestígio — comparou.

O professor criticou ainda a “discriminação absurda” contra os municípios na distribuição de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). A educação infantil oferecida pelos municípios, afirmou, recebe um valor inferior ao oferecido para a educação fundamental.

### Carreira nacional

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que presidiu o debate, disse ter ficado ainda mais convicto da necessidade de federalização da educação. Para que isso aconteça, explicou, será necessário promover uma carreira nacional do magistério. A responsabilidade pela qualidade da construção e dos equipamentos de cada escola, que funcionaria em período integral, seria federal, em parceria com os municípios. E a gestão seria descentralizada, com liberdade pedagógica.

— Em dois anos, podemos revolucionar a educação em 250 municípios. Em 20 anos, chegaríamos a todas as cidades do país — previu.

Já Ana Amélia (PP-RS) disse considerar-se uma municipalista. A centralização, a seu ver, tem “vários problemas”. Para a senadora, a descentralização é mais democrática.



Estação do metrô no centro de Brasília: benefício para sistemas integrados



Presidente da CI, senadora Lúcia Vânia coordenou reunião ontem

## Tarifas de ônibus e metrô podem ficar mais baratas

Segue para a CAE projeto que isenta de impostos serviços e insumos do transporte público para sistemas integrados e com tarifa unificada

diversas alternativas de deslocamento, em todos os meios de transporte disponíveis na localidade, pagando uma única tarifa.

268/12, que concede isenção da Cofins e do PIS-Pasep incidentes sobre veículos utilizados no transporte coletivo de passageiros.

A COMISSÃO DE Infraestrutura (CI) aprovou o projeto que institui o Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de Passageiros (Reitup).

O relator, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), destacou que a proposta (PLC 310/09) tem como objetivo a redução das tarifas cobradas aos usuários de transporte coletivo no país.

Ele ressaltou ainda que as prestadoras de serviços de transportes urbanos só poderão se cadastrar no Reitup se for implantado um regime de bilhete único ou um sistema de transporte estruturado e integrado física e tarifariamente — ou seja, que propicie

### Isenções

O projeto prevê a redução a zero das alíquotas da Cide, do PIS-Pasep e da Cofins incidentes sobre a prestação dos serviços de transporte urbano e ainda na aquisição de insumos (como combustíveis e componentes de veículos) neles empregados.

O regime especial também será aplicado para a energia elétrica utilizada por metrôs, trens metropolitanos e trólebus, na operação dos centros de controle e das estações e na iluminação de terminais e abrigos de pontos de ônibus.

O PLC 310/09 agora será votado em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A CI aprovou ainda o PLS

A proposta, do senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), também teve Ferraço como relator e será submetida a exame da CAE, em caráter terminativo.

O texto oferece isenção das parcelas referentes ao PIS-Pasep e à Cofins na aquisição de veículos com capacidade maior que dez passageiros, quando servirem para o transporte coletivo de passageiros.

Determina, porém, a nulidade da isenção e a devolução dos respectivos valores com eventuais acréscimos legais, nos casos em que os veículos beneficiados forem revendidos com menos de cinco anos de aquisição, não forem utilizados para o transporte coletivo de passageiros ou forem descaracterizados.

## Outra proposta beneficia cooperativas e escolares

A Comissão de Infraestrutura também aprovou substitutivo ao PLS 336/11, da senadora licenciada Marta Suplicy (PT-SP), para permitir a exclusão da base de cálculo da Cofins e do PIS-Pasep dos valores que as cooperativas repassam a associados, recebidos pela prestação de serviço de transporte de passageiros, inclusive o escolar, intermediados por elas. O texto ainda será apreciado em caráter terminativo pela CAE.

O projeto tramitava com o PLS 400/11, que beneficiava também cooperativas de transporte de carga e taxistas autônomos e foi rejeitado pelo relator, Walter Pinheiro (PT-BA).

## Nova regulamentação de convênios com estados

Outro projeto aprovado ontem na CI, e que também será apreciado em caráter terminativo pela CAE, é o PLS 170/12 — Complementar, de Ricardo Ferraço, que regula a forma como isenções, incentivos e benefícios fiscais relacionados à circulação de mercadorias e serviços serão concedidos e revogados, mediante deliberação dos estados e do Distrito Federal, conforme disposto na Constituição.

A proposição visa substituir a Lei Complementar 24/75, que dispõe sobre os convênios para concessão de isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias.

## Redes de telecomunicações serão debatidas

As Comissões de Assuntos Sociais (CAS), de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), de Ciência e Tecnologia (CCT), e de Meio Ambiente (CMA) promoverão audiência pública conjunta para debater o tema “Políticas urbana, ambiental e de saúde, associadas à instalação de infraestrutura de telecomunicações no país”.

O debate, requerido por

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e Eduardo Braga (PMDB-AM), ainda terá a data marcada e deve instruir o exame do PLS 293/12, de Vital do Rêgo (PMDB-PB), que visa estabelecer normas gerais de política urbana para implantação, ampliação e modernização de redes de telecomunicações.

A proposta encontra-se na CDR, onde será relatada por

Braga, e depois será encaminhada às demais comissões que realizarão a audiência. O tema deve ser discutido com representantes da Anatel; da Confederação Nacional dos Municípios; da Associação Brasileira de Telecomunicações (Telebrasil); e dos Ministérios das Comunicações, das Cidades, do Meio Ambiente, da Educação e da Cultura.



Dermeval Saviani (Unicamp), ao lado de Cristovam: redução da desigualdade

## Senado realiza hoje e amanhã evento sobre os desafios do federalismo

O Senado sedia, hoje e amanhã, o seminário *Desafios do Federalismo Brasileiro*. Serão realizadas quatro mesas de discussão e uma palestra, com a participação de senadores, acadêmicos, jornalistas, consultores e outros especialistas.

O evento será aberto pela palestra do professor da Fundação Getulio Vargas

(FGV) Fernando Rezende. Os encontros serão realizados no auditório do Interlegis, em Brasília, com transmissão ao vivo pelo site [www.interlegis.leg.br](http://www.interlegis.leg.br).

O evento é uma parceria entre o Senado, o Instituto de Direito Público (IDP) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).



Presidente da comissão mista, deputado Márcio Macêdo fala durante a audiência pública

Pedro Franco/Agência Senado

## Rejeitada área de proteção no Araguaia

A Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) rejeitou, na reunião de ontem, os dois projetos de lei que criavam a Área de Proteção Ambiental Rio-Parque do Araguaia, em Goiás, Mato Grosso, Tocantins e Pará (PLC 62/03 e PLS 232/07, que tramitavam em conjunto).

Responsável pela relatoria dos projetos, o senador Ivo Cassol (PP-RO) disse que, diante da necessidade de maior produção de energia elétrica nas Regiões Norte e Centro-Oeste, são necessários estudos mais aprofundados sobre o potencial energético e de transporte fluvial da região antes de transformá-la em área de preservação ambiental.

As duas propostas já haviam sido rejeitadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Sem quórum para apreciação dos demais itens da pauta, a presidente da CDR, senadora Ana Amélia (PP-RS), encerrou a reunião, adiando as demais votações para o próximo encontro da comissão.

# Comissão debate resultados que país mostrará em conferência do clima

Brasil conseguiu baixar desmatamento, um dos fatores que causam aquecimento global; COP-18 será realizada em novembro, em Doha

GOVERNO, PARLAMENTARES E entidades debateram ontem, no Congresso, os avanços e os desafios do Brasil nos compromissos contra o aquecimento global assumidos perante a comunidade internacional.

O debate foi promovido pela Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC), com o objetivo de enumerar as políticas que o Brasil apresentará à Conferência das Partes (COP-18), sobre o clima. O evento será realizado em novembro, em Doha, no Catar.

Para Adriano Santhiago de Oliveira, secretário substituto da Secretaria de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente, “as políticas públicas estão surtindo efeito”. Ele apontou a redução das

taxas de desmatamento. Em 2011, foram desmatados 6.418 quilômetros quadrados — queda de 77% em relação ao pico de 2004.

Erika de Paula Pedro Pinto, do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), propôs uma nova abordagem para a redução do desmatamento em áreas de agricultura familiar. Para ela, é necessário incentivar a transição para uma agricultura de baixo carbono.

— Para mudar a lógica econômica local, é preciso que as novas alternativas produtivas sejam sustentáveis no longo prazo — explicou.

O deputado Alfredo Sirkis (PV-RJ) sugeriu uma reavaliação das metas voluntárias do Brasil de diminuição da emissão de gases que provocam o

efeito estufa — em torno de 36% a 38% até 2020, a depender do crescimento do PIB. Ele disse que, como não houve crescimento do PIB, as metas poderiam ser reavaliadas. Sirkis pediu maior envolvimento dos setores da indústria e do transporte na redução de emissões.

### Protocolo de Kyoto

O principal objetivo da COP-18 é assegurar o segundo período do Protocolo de Kyoto e negociar um novo protocolo para 2020. Segundo André Odenbreit Carvalho, chefe da Divisão de Clima, Ozônio e Segurança Química do Ministério das Relações Exteriores, já começaram as discussões para um acordo internacional sobre as questões técnicas, políticas e jurídicas pendentes.

Questionado pelo relator da comissão, senador Sérgio Souza (PMDB-PR), sobre os atrativos da COP-18 ante o desinteresse dos governos e a falta de mobilização da sociedade, o representante do Ministério do Meio Ambiente respondeu que este será o final do processo de longa negociação.

Para Sanderson Alberto Medeiros Leitão, coordenador-geral de Mudanças Globais do Clima do Ministério da Ciência e Tecnologia, no que depender dos cientistas, o Brasil cumprirá bem o seu papel na COP-18. Ele citou ações como a Rede Clima, de geração e disseminação de conhecimento das causas e efeitos das mudanças climáticas, e o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden).



Waldemir Barreto/Agência Senado

### Pedro Taques pede que CPI investigue obras na MT-322

Pedro Taques (PDT-MT) afirmou ontem que é papel da CPI do Cachoeira investigar as obras de manutenção da rodovia MT-322. Segundo o senador, não houve licitação e as três empresas para as quais foi pedido orçamento fazem parte da organização criminosa investigada pela CPI mista. As obras, disse, foram realizadas pela Construtora Rio Tocantins.

Pedro Taques informou que já entrou com representação no Ministério Público e no Tribunal de Contas de Mato Grosso para que as obras na rodovia sejam investigadas.



Waldemir Barreto/Agência Senado

### Luiz Henrique: o que o STF julga é o sistema político

Luiz Henrique (PMDB-SC) defendeu uma ampla reforma política.

Na avaliação do senador, o que o Supremo Tribunal Federal (STF) está julgando com o mensalão não são pessoas, servidores, empresários ou políticos, mas sim o sistema político nacional.

— Espero que desse julgamento surja, finalmente, um momento em que as lideranças do Congresso digam: “Basta! Vamos fazer ontem a reforma política!”

O senador criticou, por exemplo, a “maneira inaceitável” de financiamento de campanhas eleitorais.



Waldemir Barreto/Agência Senado

### Lei do trabalho foi “forjada a duras penas”, avalia Paim

Em discurso, o senador Paulo Paim (PT-RS) lembrou que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) completará 70 anos em 2013.

— Os direitos assegurados nessa legislação são fundamentais para os trabalhadores do campo e da cidade — disse.

Ele citou a carteira de trabalho, o vale-transporte, a jornada máxima de trabalho, as férias, as licenças paternidade e maternidade, o 13º salário e o FGTS, entre outros.

— Essas conquistas não foram alcançadas de graça. Foram forjadas a duras penas, em luta quase que diária do nosso povo.

### Ana Amélia critica desentendimento entre Tarso e Dilma

Ana Amélia (PP-RS) se disse preocupada com os desentendimentos entre o governo de Tarso Genro, no Rio Grande do Sul, e o da presidente Dilma Rousseff — ambos do PT.

A senadora citou reportagem publicada no jornal *Zero Hora* segundo a qual, apesar do discurso de alinhamento, as relações estão tensas devido a divergências políticas e cobrança de investimentos federais.

— Penso que o estado ganharia mais se não houvesse esse confronto entre a posição do governo do estado e a do governo federal. Acho que não é esse o caminho — ela afirmou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

### Suplicy cita ideias de Haddad para São Paulo

Eduardo Suplicy (PT-SP) disse, em discurso, que o PT disputa, no segundo turno, sete prefeituras no estado de São Paulo. Ele destacou a capital, citando propostas do candidato petista, Fernando Haddad, como a construção de hospitais, a reforma de prontos-socorros, o novo plano de carreira para servidores da saúde, a urbanização de favelas, a criação de corredores de ônibus e a construção de centros olímpicos.

O senador comemorou o sucesso das eleições municipais em todo o Brasil no primeiro turno:

— O povo pôde ir às urnas com tranquilidade.



Waldemir Barreto/Agência Senado

### Transposição de servidores virou pesadelo, diz Cassol

Ivo Cassol (PP-RO) afirmou que a luta pela transposição dos servidores do ex-território de Rondônia para os quadros da União “virou pesadelo”. Ele explicou que a União decidiu assumir apenas os contratados até 1987, e não até 1991, como sugeria.

Cassol afirmou que integrantes do governo federal estão agindo como “padrastos e madrastas malvados”. Ele informou que a transposição será feita sem que os salários sejam adaptados à realidade da União e lembrou que também haverá impasse quanto aos servidores próximos da aposentadoria.